

O BOLSONARISMO NO BRASIL

Lincoln Secco

INTRODUÇÃO

As primeiras organizações da extrema-direita brasileira são contemporâneas da ascensão dos movimentos europeus de índole idêntica nos anos 1920. Na década de 1930, elas se massificaram. A Ação Integralista Brasileira foi a mais importante e mobilizou centenas de milhares de pessoas em torno de uma modalidade de fascismo. Também atuaram no Brasil três mil membros do Partido Nazista alemão. Na eleição presidencial de 1955, o integralista Plínio Salgado recebeu cerca de 8% dos votos. Os integralistas eram tolerados pelas autoridades mesmo quando se envolviam em ações ilegais e muitos foram oficiais superiores das Forças Armadas que participaram ativamente do golpe de 1964 que derrubou o Presidente de centro-esquerda João Goulart, embora ele fosse um moderado¹.

Houve também um forte envolvimento político e financeiro de empresários e políticos conservadores e liberais com as ações anticomunistas², mas os militares monopolizaram o poder executivo a partir de 1964. A ditadura que se seguiu não assumiu uma retórica fascista. Apesar do uso do terrorismo de Estado, torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores, os grupos propriamente fascistas tiveram um papel marginal nas decisões governamentais. Os militares de esquerda foram expurgados³, mas também a chamada «linha dura», defensora do exterminio dos opositores, foi paulatinamente afastada do núcleo decisório. Como veremos mais adiante, o bolso-

RESUMO

A ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018 surpreendeu o establishment político, os acadêmicos e a imprensa. Embora a extrema-direita tivesse reaparecido com força em vários países, ninguém acreditava que uma figura do baixo clero do Congresso Nacional, adepto de teorias conspiratórias e defensor público da tortura, poderia ser eleito. Este artigo visa demonstrar que Bolsonaro não foi apenas um político bizarro que liderou um movimento sem raízes históricas.

Palavras-chave: populismo latino-americano, fascismo, extrema-direita, Ditadura Militar brasileira.

ABSTRACT

BOLSONARISM IN BRAZIL

Bolsonaro's ascension to the presidency of Brazil in 2018 came as a shockwave to the political establishment. Although the far-right had resurfaced and gained political ground in several countries around the globe, none came to expect such an extravagant member of the National Congress – a conspiracy theorist and an open supporter of torture – to ever be elected.



This article intends to demonstrate that Bolsonaro was not merely a bizarre politician who led a nationwide movement devoid of historical background.

Keywords: Latin American populism, fascism, far-right wing, Brazilian Military Dictatorship.

narismo reivindica simbolicamente o legado da linha dura e não dos governos militares propriamente ditos.

A REORGANIZAÇÃO DA DIREITA

NO REGIME DEMOCRÁTICO

No final dos anos 1970, quando Bolsonaro era um aspirante ao oficialato, a ditadura enfrentava perda de apoio em função do choque do petróleo, da inflação e da política de defesa dos direitos humanos de Jimmy Carter nos Estados Unidos. A esquerda armada tinha sido derrotada e a «nova esquerda» se apoiou inicialmente em movimentos sociais urbanos e rurais, nas greves operárias de São Paulo e na atuação pastoral de setores da Igreja Católica. O empresariado também se afastou do governo militar por causa do intervencionismo estatal na economia⁴.

Os colaboradores civis dos serviços de repressão perderam sua função e suas organizações entraram em *stand by*. Os serviços de inteligência passaram a se preocupar com as ideias de Gramsci e a suposta penetração comunista nas universidades, Igreja Católica⁵ e meios de comunicação social. Enquanto reformistas de esquerda consideravam que a melhor maneira de se evitar uma revolução seria adotar um Estado de bem-estar social e integrar as massas urbanas no sistema eleitoral, os anticomunistas consideravam que as concessões sociais pavimentavam o caminho para os comunistas se infiltrarem no Estado e nas instituições da sociedade civil.

A dedicação de militares a uma «guerra cultural» contra a esquerda não era exatamente uma novidade⁶, mas se intensificou na década de 1980. Segundo um documento militar da época, a esquerda conquistaria o poder através dos intelectuais que atuariam na Igreja, editoras, universidades, etc. A teologia da libertação seria uma doutrina política disfarçada de crença religiosa; a arte, os livros e os currículos escolares seriam modificados pelos teóricos marxistas vestidos de educadores⁷. Isso ficou patente na elaboração de um calhamaço encomendado pelo Centro de Informações do Exército, chamado *Orvil – Tentativas de Tomada do Poder*. A «nova» doutrina militar criava uma justificativa para combater outra suposta tentativa de tomada do poder pelos comunistas que estaria em curso no país.

Os oficiais da linha dura se associaram em diversas entidades em torno de um programa que abrangia a defesa da propriedade, da livre iniciativa empresarial, da igualdade de oportunidades e o combate ao comunismo e à corrupção. A amplitude programática lhes permitia atrair outros segmentos sociais civis. Um exemplo disso foi a promoção pelo Clube da Aeronáutica, em outubro de 1987, de uma palestra de Jorge Boaventura, representante brasileiro da World Communist League. Ele chamou Rosseau de «cretino» e atacou a «estratégia Gramsci» através da qual os comunistas se infiltrariam nas instituições e, com apoio da burguesia (*sic*), perpetrariam o ataque final ao Estado⁸. Na plateia estavam vários oficiais militares envolvidos em atentados terroristas, torturas

e operações de guerra psicológica contra a «agressão comunista», como os generais Coelho Neto, Walter Pires, Euclides Figueiredo Filho e os brigadeiros Carlos Alberto Sampaio e João Paulo Burnier. Além de estabelecerem tradicionais associações do comunismo com o crime, eles se apresentavam como representantes do papel moderador e neutro das Forças Armadas. Para eles, os militares não agiam a favor da esquerda, do centro ou da direita, mas acima das classes sociais e dos partidos políticos, cabendo-lhes o papel de intervir em qualquer um dos três poderes civis constituídos para restaurar a ordem e defender a «democracia».

É importante ressaltar esse aspecto da doutrina militar porque o bolsonarismo não é uma mera reprodução dela. Embora ele também fosse anticomunista e apoiado pelas Forças Armadas, o seu *modus operandi* foi diferente: assumiu-se explicitamente como de direita e se alimentou da mobilização de policiais militares e seguidores civis; a liderança não é de um oficial superior, mas de um capitão; trata-se de um movimento eleitoral, mobilizador de massas urbanas e apoiado em lideranças evangélicas. Os antigos militares da linha dura não buscavam um apelo de massas e preferiam mobilizar apenas as elites empresariais e as camadas médias. Tradicionalmente, a capelania militar (Serviço de Assistência Religiosa do Exército) era comandada por padres católicos. Por isso, Bolsonaro evocou a antiga linha dura militar mais como recurso memorialístico, a fim de construir uma narrativa antissistêmica. No caso, o «sistema» seria o regime democrático corrompido pelos políticos civis.

BOLSONARO, O «REVOLUCIONÁRIO» (1986-2002)

Ao longo do tempo, Bolsonaro promoveu as Forças Armadas e policiais como sinônimo de ordem e vítimas dos políticos. Todavia, desrespeitou pilares básicos do militarismo: a hierarquia e a disciplina. Sua atuação contra seus superiores, em favor da melhoria salarial da corporação militar, tornou-se pública em 1987, quando deu entrevista em defesa do aumento salarial de oficiais militares, ameaçou colocar bombas em quartéis e foi preso por indisciplina. Ele depois negou que tivesse dado a entrevista, mas não convenceu seus superiores e foi julgado pelo Supremo Tribunal Militar. O Exército citou em nota pública a falta de coragem de assumir os seus atos e ressaltou que os valores morais da profissão militar eram a honra e a lealdade⁹.

Bolsonaro atribuía a deterioração das condições do Exército não à crise fiscal do Estado e à inflação, mas à retirada dos militares da política. A democracia, para ele, era responsável pela corrupção, pelo aumento da criminalidade, pelos baixos salários dos militares e pela degradação dos costumes. Bolsonaro apoiou o fechamento temporário do Congresso e a adoção de um novo regime de exceção. Também criticou a subordinação das Forças Armadas ao poder civil.

No seu primeiro mandato, foi advertido pela presidência da Câmara dos Deputados por defender o fechamento do Congresso. Na legislatura seguinte, ele foi novamente advertido por defender o fuzilamento de 30 mil adversários, incluindo o Presidente

de centro-direita Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O jornal conservador *O Estado de S. Paulo* qualificou Bolsonaro como «energúmeno contumaz» e opinou que ele deveria ser punido com a perda do mandato¹⁰.

Os serviços de inteligência produziram relatórios sobre sua ação. Um dos informantes escreveu que Bolsonaro era «conhecido pelas suas posições de confronto» com os chefes das Forças Armadas e responsável pela «mobilização dos militares da reserva e seus familiares». Bolsonaro visitava continuamente cidades onde existiam unidades militares e participava de assembleias de oficiais da reserva. A cúpula do Exército não via com bons olhos suas atividades e o acusava de criar «um clima de reivindicação»¹¹. Ele foi chamado de mau militar pelo ex-Presidente general Ernesto Geise¹².

A ideologia dominante nas Forças Armadas e a de Bolsonaro não eram diferentes. A maioria dos oficiais foi doutrinada segundo a lógica de uma guerra indireta contra o marxismo cultural e acreditava que a sociedade civil não valorizava o papel militar na luta contra a ameaça comunista. Não se tratava de uma ideologia precisa, mas estava localizada na extrema-direita do espectro político.

O que opunha as Forças Armadas e Bolsonaro era algo circunstancial. A defesa pública da ditadura indispunha Bolsonaro com a cúpula das Forças Armadas, pois elas não estavam interessadas em promover agitações políticas nos quartéis naquele momento. Bolsonaro também era mais flexível e menos doutrinário e nem sempre dava atenção ao «marxismo cultural» como os seus superiores hierárquicos. Cabe lembrar que o ambiente ideológico em que Bolsonaro ingressou na política era hostil à Ditadura Militar e a sociedade civil estava permeada por um vocabulário social de esquerda. Num debate sobre autoridade do prefeito do Rio de Janeiro de escolher em lista tríplice a direção do conselho de mulheres da cidade, o vice-presidente da Câmara Municipal, Wagner Siqueira, atacou seu adversário Guilherme Haeser (PT). Apesar de ser um vereador de uma legenda sem qualquer consistência ideológica, Siqueira mobilizou um vocabulário que incluiu as expressões «ausência da necessária têmpera marxista» e o «sectarismo pequeno-burguês»¹³.

Bolsonaro não tinha escrúpulos de se unir com a esquerda na defesa do corporativismo militar. Nos atos e passeatas de esposas de militares que ele organizou, procurou o apoio do PCB e do PT. Bolsonaro também participou de manifestações do movimento pela unificação das polícias em defesa de uma proposta do PT¹⁴. A própria cúpula militar foi informada da possibilidade de uma aliança de Bolsonaro com aquele partido. Bolsonaro agradeceu à ex-deputada petista Luiza Erundina pelo apoio que ela deu às reivindicações salariais dos militares quando esteve no Governo do ex-Presidente Itamar Franco¹⁵. Finalmente, em 2002, Bolsonaro declarou voto em Lula para Presidente, chamou-o de companheiro e pediu que o novo Presidente indicasse o ex-guerrilheiro José Genoíno para o Ministério da Defesa ou alguém do Partido Comunista¹⁶. Por outro lado, separava-se da esquerda em outras questões: era contra homenagens aos guerrilheiros

assassinados na Ditadura e aos direitos de homossexuais. Ele foi a favor da pena de morte e ainda solidarizou-se com alunos do colégio militar de Porto Alegre que homenagearam Adolf Hitler¹⁷.

O REACIONÁRIO (2003-2016)

Na década de 1990, Bolsonaro havia tido uma carreira vocacionada à defesa do corporativismo, mas seu método era o «revolucionário»: ameaças a autoridades, ataques à cúpula militar, alianças pontuais com diversos partidos (inclusive da esquerda), pregações nas portas dos quartéis, vínculos escusos com o submundo político, etc.

A partir da ascensão do PT ao poder, predominou nele sua feição reacionária. Ele acentuou seus ataques contra a esquerda. Já no início do Governo petista ele trocou insultos com o deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh¹⁸.

Para deixar de ser visto como um deputado apenas excêntrico, Bolsonaro candidatou-se a presidente da Câmara dos Deputados em 2005. Ele só teve dois votos. Mas sua candidatura lhe dava holofotes para suas ideias extravagantes. Além de perseverar na defesa de interesses salariais das Forças Armadas, ele entrou na campanha pelo armamento da população.

Bolsonaro passaria a pregar uma «revolução», entendida como ruptura com a ordem estabelecida, especialmente seus fundamentos ideológicos e «culturais», algo em que os seus superiores hierárquicos haviam falhado em realizar, tanto na ditadura quanto no regime «democrático».

Ele também deu mais atenção à disputa pela memória militar: homenageou o chileno Augusto Pinochet, zombou dos familiares que buscavam as ossadas dos mortos e desaparecidos políticos e confrontou a Comissão Nacional da Verdade, órgão governamental temporário criado para apurar violações dos direitos humanos na Ditadura Militar. Durante uma visita a um antigo centro de tortura, ele deu um soco num senador do Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL).

Mas também incorporou novos temas, atuando: contra políticas afirmativas para afro-descendentes; a favor do movimento «escola sem partido»; contra os homossexuais; contra uma lei que punia castigos corporais contra crianças; contra a interferência do Estado na organização familiar; e contra o feminismo. Declarou que só não estupraria a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário (PT), porque «ela não merece»¹⁹.

Foi em torno da pauta de direitos humanos e discussões culturais que Bolsonaro encontrou um campo de atuação conjunta com os políticos evangélicos. Ele era oficialmente católico, mas nunca tinha demonstrado interesse em qualquer discurso religioso. Para qualquer político a aliança com líderes evangélicos se tornou importante devido à

NA DÉCADA DE 1990, BOLSONARO HAVIA TIDO UMA CARREIRA VOCACIONADA À DEFESA DO CORPORATIVISMO, MAS SEU MÉTODO ERA O «REVOLUCIONÁRIO». A PARTIR DA ASCENSÃO DO PT AO PODER, PREDOMINOU NELE SUA FEIÇÃO REACIONÁRIA. ELE ACENTUOU SEUS ATAQUES CONTRA A ESQUERDA.

alteração na composição religiosa da população latino-americana, como vimos anteriormente. O PT fez uma aliança com evangélicos, mas ela foi efêmera e não envolveu a promoção de valores morais e religiosos. Quando Bolsonaro se candidatou à presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em 2014, recebeu o apoio de deputados evangélicos. Ele tinha um terreno comum com eles.

Durante os governos petistas, Bolsonaro passou a diversificar sua agenda pública. Ele manteve o foco em questões militares, mas principalmente em relação à Comissão Nacional da Verdade. Outros assuntos foram abordados seguidamente: críticas a Cuba e a Fidel Castro; a governos latino-americanos de esquerda; ao movimento LGBT; e à vinda de médicos cubanos ao Brasil. Bolsonaro contestou até as leis contra o trabalho escravo²⁰.

Ele deixara de ser um deputado folclórico e se tornara um *influencer*, estreitando contatos com a mídia e combatendo a penetração cultural do socialismo supostamente promovida pelo PT através de livros didáticos²¹. Ele se demonstrava agora muito mais próximo à cúpula militar e à doutrina das Forças Armadas. Ele também passou a dar maior atenção a temas «civis».

Suas posições internacionais mudaram. Anteriormente, ele era contra a cessão aos Estados Unidos da base militar de lançamento de satélites de Alcântara e questionava a interferência estadunidense no Brasil. Depois, ele discursou em homenagem a Israel, votou contra uma nota de repúdio aos Estados Unidos e criticou o Governo brasileiro por se opor aos golpes de Estado que derrubaram os presidentes de Honduras e Paraguai.

O nacionalismo de Bolsonaro e da cúpula do Exército brasileiro foi desnudado no caso da Base de Alcântara, no Maranhão. Alcântara está a dois graus da Linha do Equador e a velocidade de rotação da Terra ali é maior que em latitudes maiores, o que garante economia de combustível no lançamento de foguetes. Isso explica o interesse estrangeiro. Em 2000, o Congresso Nacional não aprovou um acordo para que os Estados Unidos pudessem usar a base. Em 2019, Bolsonaro fez um novo acordo com os Estados Unidos e o Congresso Nacional ratificou.

Mesmo batendo continência à bandeira estadunidense em solenidades e defendendo a desnacionalização de todas as empresas estatais brasileiras, Bolsonaro manipulou o discurso nacionalista, atribuindo aos seus opositores a condição de ameaça ao Brasil. Ele também fez inúmeras críticas ideológicas à China, embora aquele país seja o maior parceiro comercial do Brasil.

O «MITO» (2016-2018)

Foi no primeiro mandato de Dilma Rousseff que simpatizantes de Bolsonaro começaram a atribuir a ele a condição de mito. Mas sua influência popular aumentou durante a campanha pelo *impeachment*, em 2016. Na sessão de votação que afastou a Presidenta, ele dedicou seu voto a um torturador. Em 2018, ele ganhou a atenção maior da mídia ao se candidatar a Presidente, mas quase nenhum analista da política brasileira esperava sua vitória.

Havia, porém, um conjunto raro de circunstâncias que permitiu a ascensão de um político que se declarava *outsider*, embora fosse político profissional há décadas. Nas Jornadas de Junho de 2013, desencadeadas pelo movimento que pedia passe livre no transporte público paulistano, os protestos se espalharam pelo Brasil e assumiram uma pauta oposicionista. O movimento derrubou a popularidade da Presidenta Dilma Rousseff. Antes do terceiro mandato presidencial do PT, a onda de crescimento sustentada pelo alto valor das *commodities* exportadas pelo Brasil já havia cessado. A economia também foi abalada pelos efeitos destrutivos da operação Lava Jato²². Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos a operação custou 4,4 milhões de empregos e 3,6% do PIB brasileiro²³. Essa operação, mais tarde desmascarada por ter usado procedimentos ilegais contra políticos do PT, atingiu a imagem de todo o sistema político e o tradicional partido de centro-direita brasileiro, o PSDB, perdeu apoio eleitoral, embora tivesse embarcado na nau dos defensores do *impeachment* de Dilma Rousseff. O Congresso Nacional, que nunca gozou de amplo apoio popular, também se desmoralizou e o seu presidente Eduardo Cunha foi condenado e preso por corrupção. Vários outros parlamentares foram envolvidos em acusações. O Vice-Presidente da República, Michel Temer, que assumiu o poder em 2016, foi preso no âmbito da operação Lava Jato. O Supremo Tribunal Federal perdeu legitimidade ao aceitar pressões militares e cancelar um *impeachment* sem crime de responsabilidade por parte da Presidenta deposta.

Por fim, o *impeachment* de 2016 abalou profundamente o principal partido brasileiro, o PT, embora sem retirá-lo da cena política. Apesar de um péssimo desempenho nas eleições municipais de 2016 e da prisão de Lula, o PT manteve-se como alternativa de poder e chegou ao segundo turno nas eleições presidenciais de 2018.

Bolsonaro, portanto, emergiu do lamaçal da desmoralização das instituições e em meio a uma onda de extrema-direita internacional. Há semelhanças que não são meras coincidências. Em outubro de 2016, o candidato republicano Donald Trump ameaçou prender sua rival democrata Hillary Clinton, caso fosse eleito. Dois anos

NÃO ERA A PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA BRASILEIRA
QUE UM CANDIDATO COM UM DISCURSO EXÓTICO
SEM SUSTENTAÇÃO PARTIDÁRIA CHEGAVA
AO PALÁCIO DO PLANALTO.
NEM JÂNIO NEM COLLOR TERMINARAM
OS SEUS MANDATOS.

depois, o candidato bolsonarista ao governo do Rio de Janeiro, o ex-juiz Wilson Witzel, ameaçou dar voz de prisão a Eduardo Paes, o seu concorrente. E não mais que duas semanas depois, o candidato Jair Bolsonaro prometeu prender seu adversário Fernando Haddad e disse que este iria «apodrecer na cadeia». Os gestos pareciam espontâneos, mas seguiam um roteiro cujo objetivo era colocar o adversário na esfera criminal²⁴.

Não era a primeira vez na história brasileira que um candidato com um discurso exótico sem sustentação partidária chegava ao Palácio do Planalto. Sua mensagem evocava algum *outsider* do passado, como os ex-presidentes Jânio Quadros ou Fernando Collor

de Mello. Mas o primeiro chegou lá depois de uma fulminante carreira como prefeito e governador de São Paulo; Collor tinha sido governador de Alagoas e possuía um *background* familiar na política. Ambos não terminaram o mandato.

Mesmo desconsiderando os excessos típicos da disputa eleitoral, a esquerda jamais enfrentara um candidato que ameaçava exterminá-la. Nem concorrera numa campanha baseada nas redes sociais e em aplicativos de mensagens telefônicas. Muito menos confrontara um oponente que dispunha de um ativismo em grande parte voluntário. Dito de outra forma: a esquerda se acostumara a monopolizar a militância de rua e agora enfrentava pessoas com a camisa da seleção brasileira de futebol que defendiam convictamente os seus pontos de vista conservadores. Desde a redemocratização, jamais um movimento de massas autoconfiante se opusera à esquerda. Ele se ergueu dotado de tudo aquilo que um «manual leninista» recomendaria: um partido massificado, com capilaridade nas suas bases sociais, estruturado em torno de uma liderança e com uma ideologia estabelecida.

Bolsonaro foi o próprio retrato do homem médio, simples e supostamente independente e honesto. Sua vitória pareceu um raio em céu azul, sem passado e sem história. Mas não foi assim. Quando o mecanismo político oficial começou a girar em falso, em 2013, toda a legitimidade das instituições derramou-se nas ruas, nas redes sociais e no WhatsApp. Ele tinha o *physique du role* para ocupar o espaço do inimigo não só da esquerda, mas do «sistema».

Santos²⁵ demonstrou que o poder executivo está submetido a um conjunto de solicitações de uma sociedade complexa, múltipla, heterogênea e travejada por grupos de interesses organizados. As demandas se acumulam e o poder institucional tende a negociá-las *ad hoc*. O bolsonarismo conseguiu justapor diversos grupos sob sua primazia. Em junho de 2013, «o fascismo bolsonarista [...] passou a expressar a rebelião de todos os chamados de *eles*», ou seja, o pronome pessoal do caso reto tinha a função de predicativo do sujeito: os desajustados eram «eles». O bolsonarismo foi a rebelião *deles*²⁶. Bolsonaro também se beneficiou do atentado sofrido por ele durante a campanha em 6 de setembro de 2018. Ele derrotou no segundo turno o candidato Fernando Haddad (PT) com 55,13% dos votos. O tsunami de votos numa extrema-direita criada aparentemente *ex nihilo* provocou uma sensação generalizada de incredulidade perante os acontecimentos. Não era mais uma competição habitual entre o PT e o PSDB; entre o centro-esquerda e o centro-direita. Tratava-se do desmoronamento de todo um conjunto de práticas e acordos que sustentara até ali um padrão de disputa.

A aproximação dele com a cúpula das Forças Armadas também concorreu para sua eleição. Um indício foi sua participação nas formaturas da Academia Militar das Agulhas Negras desde 2014. O resultado emergiu como um acidente histórico inesperado para todo o sistema político brasileiro. A linguagem belicosa e fora de qualquer padrão do novo Presidente impedia a projeção de cenários razoáveis por parte dos políticos estabelecidos.

Não foi objetivo deste artigo analisar as ações do Governo Bolsonaro, mas apenas o movimento que o levou ao poder. No entanto, cabe assinalar que as ações que Bolsonaro empreendeu enquanto era opositor continuaram depois que ele ganhou as eleições. Ele tentou governar como se fosse um opositor e atribuiu os desastres de seu Governo na gestão da pandemia e os crimes de membros do seu Governo ao cerco das instituições que o impediriam de governar.

Em diversos momentos ele atacou o Supremo Tribunal Federal, a mídia e o Congresso. Mas não hesitou em se aliar à maioria dos deputados conservadores para garantir sua sobrevivência política e evitar um processo de *impeachment*. Ele e seu filho Eduardo também reforçaram seus laços internacionais com Donald Trump, Vladimir Putin, Viktor Orbán, André Ventura, Santiago Abascal, Matteo Salvini, José Antonio Kast e outros líderes direitistas.

Com um discurso sempre radicalizado, temperado por recuos calculados para garantir governabilidade, Bolsonaro geriu os conflitos políticos sem se comprometer com qualquer projeto de reconstrução nacional, mesmo no interior de uma ótica conservadora. Num jantar simbolicamente acontecido nos Estados Unidos, ele declarou que o «Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa»²⁷.

O que o mundo oficial da política se perguntava era o quanto Bolsonaro podia ou não se adaptar ao *modus operandi* tradicional da governabilidade. Essa pergunta jamais foi feita antes com tamanha preocupação. Ao contrário do *wishfull thinking* dos analistas políticos da mídia, o Governo Bolsonaro estabilizou-se no poder sem abandonar seu discurso ameaçador. Mediante troca de cargos e favores obteve maioria no Congresso. No entanto, parecia instável em função de sucessivas trocas de ministros e destempero verbal dos seus integrantes.

Sua estabilidade adveio do apoio ideológico do Governo dos Estados Unidos; do respaldo total à sua política econômica pela maior parte do Congresso, mídia corporativa e empresariado; capacidade de mobilização popular; uso eficaz de meios de comunicação digital; e sólidas reservas de apoio no poder judiciário, policial e militar.

SUA ESTABILIDADE ADVEIO DO APOIO IDEOLÓGICO DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS; DO RESPALDO TOTAL À SUA POLÍTICA ECONÔMICA PELA MAIOR PARTE DO CONGRESSO, MÍDIA CORPORATIVA E EMPRESARIADO; CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR; USO EFICAZ DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL; E SÓLIDAS RESERVAS DE APOIO NO PODER JUDICIÁRIO, POLICIAL E MILITAR.

O Governo sobreviveu a todas as falsas profecias de sua queda iminente. No ano de 2020, em meio à tragédia da pandemia, houve uma ascensão da popularidade do Presidente, apesar dele duvidar da letalidade do vírus (com 3% da população mundial, o Brasil teve 11% dos óbitos pela covid-19)²⁸.

Bolsonaro havia sido defensor do Estado e dos funcionários públicos por quase vinte anos. Depois acatou a ortodoxia neoliberal e combateu os direitos dos trabalhadores.

Em 2020 contrariou sua equipe econômica, colocou em dúvida a manutenção do limite constitucional dos gastos públicos (uma lei aprovada logo depois do golpe parlamentar de 2016) e concedeu auxílio emergencial aos trabalhadores durante a quarentena. O valor oferecido foi superior ao do Bolsa Família, o programa social mais elogiado do período petista. Ainda que fosse só uma política transitória, ela negou todos os dogmas liberais do Ministério da Economia. Em 2021, optou-se por um auxílio emergencial menor e o Governo intensificou sua política negacionista: não priorizou a vacinação e pressionou pela abertura total do comércio e escolas.

CONCLUSÃO

As idas e vindas das declarações e posicionamentos de Bolsonaro só admitiram dois eixos estáveis: o primeiro foi o compromisso de direcionar a política econômica a favor do empresariado e contra quaisquer interesses organizados da classe trabalhadora; o segundo foi, paradoxalmente, o descompromisso com qualquer decisão dele mesmo, linha política ou ideologia publicamente declarada. Seria, pelo avesso, um compromisso com a mudança constante de posicionamento. O caráter altamente mobilizador do Governo lhe permitiu uma plasticidade inédita de recorte tipicamente fascista.

A integração dessas características gerais numa particularidade concreta, por mais bizarra que possa ser, permite explicar como os conflitos sociais se expressaram numa personalidade medíocre sem qualquer projeto nacional.

As diversas expectativas que foram se conjuminando numa pessoa não se conformaram num programa, mas num caos institucional permanente. Estava talhado para tal não um partido, um líder preestabelecido no meio político ou mesmo o «partido militar», mas sim um indivíduo cuja ação política foi a de um oportunismo absoluto, cujas táticas não se preocuparam com a legitimidade dos meios.

O bolsonarismo colocou no centro da disputa a cultura, as concepções de mundo e de organização da sociedade. Sua adesão a este ou àquele programa econômico nunca foi questão de princípio, como observamos por sua biografia política; ela está subordinada a um propósito vago de desmontagem do que ele acredita serem os aparelhos de Estado infiltrados pelo «marxismo cultural».

A base disso é o seu compromisso permanente com os interesses comuns do grande capital, mas sua política de destruição colocou em risco até mesmo alguns investimentos ao deteriorar as condições macroeconômicas e o mercado interno. Além disso, os crimes comuns atribuídos à sua família e *entourage* e o avanço desmedido do desmatamento e da ocupação de terras indígenas abalaram a imagem internacional do país. Para a queda de popularidade, no entanto, foi fundamental o fato de que Bolsonaro chegou ao fim de seu primeiro mandato com altos índices de desemprego e inflação. Com Lula de volta ao jogo político, após várias condenações judiciais terem sido anuladas, Bolsonaro passou a questionar antecipadamente a lisura do processo eleitoral e a ameaçar resistir militarmente a uma possível derrota nas urnas, evocando seu passado

quando atuava como agitador nas portas dos quartéis do Exército. Ainda assim ele se sustentou como alternativa de poder²⁹, acima da terceira via liberal sonhada pelo empresário e mídia corporativa.

Um esboço biográfico de Jair Bolsonaro não define, plenamente, o bolsonarismo, que é um fenômeno social oriundo de uma *perfect storm*, como vimos anteriormente: uma rara crise econômica, política, institucional e moral. Ainda assim, há aspectos da sua trajetória pessoal que, ao lado de circunstâncias objetivas, explicam a moldura do movimento que tomou o poder em 2018.

A documentação primária e a bibliografia aqui utilizadas permitem assinalar três características recorrentes que ajudaram a catapultar Bolsonaro à liderança da direita na segunda década do século XX. Em primeiro lugar, ele teve por muito tempo uma atuação parlamentar fundamentalmente corporativista, em defesa dos interesses sócio-profissionais das Forças Armadas. Mas se tratava da defesa de uma instituição respeitada pela população e que permaneceu intocada depois do término da Ditadura Militar. Em segundo lugar, exatamente porque o corporativismo movia grande parte da sua ação política, ele não tinha nenhuma definição ideológica precisa, o que lhe garantiu flexibilidade para mudar de posição e adotar formas pragmáticas. Ele sempre teve um discurso sectário no campo dos direitos humanos, mas não era algo que o impedia de atuar com a esquerda em muitas ocasiões. Em terceiro lugar, ele teve sempre uma marcante atuação extraparlamentar que lhe permitiu mais tarde dispor de um *know-how* para mobilização popular. **RI**

Data de recepção: 6 de janeiro de 2022 | Data de aprovação: 2 de março de 2022

Lincoln Secco Professor associado de História Contemporânea na Universidade de São Paulo. Doutor e livre docente em História pela mesma universidade. Autor, entre outras obras, de *Histoire du*

Parti des travailleurs au Brésil (Éditions du Sextant, 2016). > Universidade de São Paulo (USP) – Departamento de História, Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Butantã, São Paulo, 05508-000, Brasil. | lsecco@usp.br

NOTAS

¹ CARONE, Edgard – *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 195; TRINDADE, Hêlgio – *Integralismo: O Fascismo Brasileiro da Década de 30*. 2.ª edição. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979; CALIL, Gilberto – *O Integralismo no Pós-Guerra: A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: PUC/RS, 2001.

² DREIFUSS, René – *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

³ VASCONCELOS, Cláudio Beserra de – *A Trajetória Nacionalista dos Oficiais Cassados após o Golpe de 1964*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo. Julho de 2011. Consultado em: 25 de abril de 2022. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300648906_ARQUIVO_Anpuh2011_ClaudioBeserradeVasconcelos_texto.pdf.

⁴ LESSA, Carlos – «A descoberta do

Estado totalitário». In *Gazeta Mercantil*. São Paulo. 29 de abril de 1980.

⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – *Relatório Periódico Mensal*. Brasília. N.º 1/88, 10 de março de 1988. Todas as fontes relativas ao Exército brasileiro foram consultadas no Arquivo Nacional do Brasil, Rio de Janeiro.

⁶ DJUROVIC, Camila Alvarez – «Luta ideológica e mobilização do empresariado

no pré-golpe de 1964: a ação editorial do IPÊS». In *Maria Antonia – Boletim do Gmarx -USP*. Ano 1, N.º 38, 2020.

7 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – *Relatório Periódico Mensal*. Brasília. N.º 1/88..

8 DREIFUSS, René – *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989, pp. 166-167.

9 *O ESTADO de S. Paulo*. São Paulo. 26 de fevereiro de 1988.

10 *Ibidem*. 30 de maio de 1999.

11 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – *Segurança Interna – «Óbices à Ação das Polícias Militares»*. Brasília. 13 de setembro de 1994.

12 D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso, orgs. – *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 113.

13 *DIÁRIO da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Ano XIV, N.º 236, dezembro de 1990.

14 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – *Segurança Interna...*

15 *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. 22 de janeiro de 1998.

16 *Ibidem*. 4 de dezembro de 2002.

17 *Ibidem*. 22 de janeiro de 1998.

18 *O ESTADO de S. Paulo*. 17 de setembro de 2003.

19 *Ibidem*. 10 de dezembro de 2014.

20 *DIÁRIO da Câmara dos Deputados*. 18 de setembro de 2013.

21 *Ibidem*. 23 de agosto de 2013.

22 FERREIRA, Fernando Sarti; GASPAR, Gabriel Rocha – «A economia política da Lava Jato». In *Operação Lava Jato: Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

23 DIEESE – «Implicações econômicas intersetoriais da operação Lava Jato». Consultado em: 29 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLava-JatoEconomia.html>.

24 GOLDSTEIN, Ariel – *Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro*. Buenos Aires: Marea editorial, 2018.

25 SANTOS, Wanderley G. dos – *Democracia Impedida*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017, p. 62.

26 AVELAR, Idelber – *Eles em Nós*. São Paulo-Rio de Janeiro: Record, 2021.

27 *VALOR Econômico*. São Paulo. 18 de março de 2019.

28 *Ibidem*. 28 de abril de 2022.

29 Ao menos até este primeiro quadrimestre de 2022.

BIBLIOGRAFIA

AVELAR, Idelber – *Eles em Nós*. São Paulo-Rio de Janeiro: Record, 2021.

CALIL, Gilberto – *O Integralismo no Pós-Guerra: A Formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: PUC/RS, 2001.

CARONE, Edgard – *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso, orgs. – *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIÁRIO da Câmara dos Deputados. Brasília. 1998, 2002, 2013.

DIÁRIO da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1990.

DIEESE – «Implicações econômicas inter-setoriais da operação Lava Jato». Consultado em: 29 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>.

DJUROVIC, Camila Alvarez – «Luta ideológica e mobilização do empresariado no

pré-golpe de 1964: a ação editorial do ipês». In *Maria Antonia – Boletim do Gmarx -USP*. Ano 1, N.º 38, 2020.

DREIFUSS, René – *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René – *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERREIRA, Fernando Sarti; GASPAR, Gabriel Rocha – «A economia política da Lava Jato». In *Operação Lava Jato: Crime, Devastação Econômica e Perseguição Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GOLDSTEIN, Ariel – *Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro*. Buenos Aires: Marea editorial, 2018.

LESSA, Carlos – «A descoberta do Estado totalitário». In *Gazeta Mercantil*. São Paulo. 29 de abril de 1980.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – *Relatório Periódico Mensal*. Brasília. N.º 1/88, 10 de março de 1988.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – *Segurança Interna – «Óbices à Ação das Polícias Militares»*. Brasília. 13 de setembro de 1994.

O ESTADO de S. Paulo. São Paulo. 1988, 1999, 2003, 2014.

SANTOS, Wanderley G. dos – *A Democracia Impedida*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.

TRINDADE, Hêlgio – *Integralismo: O Fascismo Brasileiro da Década de 30*. 2.ª edição. Porto Alegre: Difel/UFGRS, 1979.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de – *A Trajetória Nacionalista dos Oficiais Cassados após o Golpe de 1964. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo. Julho de 2011. Consultado em: 25 de abril de 2022. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300648906_ARQUIVO_Anpuh2011_ClaudioBeserradeVasconcelos_texto.pdf.

VALOR Econômico. São Paulo. 2019-2022.